

cartas do leitor

Expectativas

Não é fácil fazer projeção na história de uma nação cheia de contradições, desafios, pandemia, desemprego, fome, diversidade na cultura, na economia, na política, na prática religiosa e crise governamental. Até olhamos para o futuro com certa desconfiança, porque o país vive na condição de ameaçado, com muita destruição da natureza e sacrificado por políticas e políticos desonestos.

Mas a história ainda não acabou. Ela continua e tudo pode ser transformado com o esforço de todos os brasileiros. Há esperança de mudança, de valorização das potencialidades que o Brasil tem em todos os sentidos, principalmente de um povo ordeiro e paciente. Um caminho de esperança passa pela escolha de bons administradores, competentes e honestos nas eleições deste ano.

A Palavra de Deus deve ser referência que toca os corações. O texto das Bodas de Caná (Jo 2,1-11) incentiva nossa esperança de mudança. Numa festa de casamento faltou o vinho, um ingrediente indispensável para aquele momento festivo. Alguém apareceu com espírito de liderança e resolveu o problema com a transformação da água em vinho, sinal de que nas fragilidades é possível mudança.

Diante desta situação do povo brasileiro, é possível escolher líderes capacitados e bem-intencionados para dirigir os destinos da nação. Ninguém tem uma estrela na testa mostrando o nível de sua identidade e compromisso social, mas todos têm uma história de vida com atitudes honestas ou não. Significa que é possível formar um corpo administrativo da forma que o brasileiro precisa.

Há uma insatisfação generalizada do povo em relação às atuais lideranças políticas. Falta neles uma sensibilidade proativa para com a população pobre, a não ser na hora da campanha eleitoral, que vai começar já para as eleições deste ano. Pesa sobre cada eleitor uma pesada carga de responsabilidade na hora da escolha. É desses momentos que podemos falar de expectativas para 2022.

Muitos dons e capacidades podem ser usados para o mal, principalmente quando se tem como motivo a competição, a divisão e o orgulho próprio. É justamente por isso que temos uma realidade muito desequilibrada, desumana e preocupante para a população. Há uma crise de autoridade em todos os setores da sociedade, mas isto pode mudar com a participação consciente dos cidadãos.

Dom Paulo Mendes Peixoto – arcebispo de Uberaba-MG e ex-bispo de Rio Preto

Impasse no Rio Preto

O Rio Preto E.C. vive há mais de dois anos um impasse judicial. O atual presidente, José Eduardo Rodrigues, está amparado numa liminar judicial para se manter no cargo. Toda diretoria se afastou dele. Ele está isolado no comando do clube. O presidente do Conselho, Itamar Malvezzi, está no cargo há 30 anos. Pode isso? A sede social do clube está fechada há mais de dois anos. Ficamos sabendo pelo próprio Diário da Região que o presidente pediu para a empresa de tecnologia apagar o nome dos sócios, incluindo os mais de 500 sócios remidos. E agora, mais essa. O time vai

Cartas

As correspondências enviadas para esta seção devem ter o nome legível do autor, RG, foto, profissão, idade e endereço e telefone para confirmação prévia. Para dar oportunidades a um maior número de leitores, as cartas poderão ser resumidas.

Obs.: a coluna também publica, a critério do jornal e mediante identificação do autor, comentários postados no portal e nas redes sociais do jornal.

As cartas podem ser enviadas da seguinte forma:

- 1) Por e-mail, no seguinte endereço eletrônico: leitores@diariodaregiao.com.br. Os originais não serão devolvidos.
- 2) Pelo correio, endereçadas à avenida Feliciano Salles Cunha, 1.515 - CEP 15035-000, São José do Rio Preto-SP
- 3) Entregues pessoalmente no endereço acima

treinar no Teixeira, o rival da cidade.... O que diria disso os saudosos Anísio Haddad e Ulisses Cury? É, infelizmente não vemos mais dirigentes que se dedicam ao clube, como no passado. Até quando vamos esperar que se define esse impasse todo?

Renan Pugini Corrêa,
Rio Preto

Fundo eleitoral

Infelizmente, parece que tragédias causadas pelas chuvas de verão já viraram rotina para os brasileiros. Centenas de famílias desalojadas, que em apenas algumas horas perderam o que conseguiram construir em anos. Na Bahia, pelo menos 20 pessoas perderam a vida e mais de 31 mil estão desabrigados e outros 31 mil encontram-se desalojados. Ainda mais recente, Minas Gerais também sofre com as chuvas, mais de 138 cidades mineiras estão em estado de emergência e nos primeiros 10 dias do ano, 6 óbitos já haviam sido registrados.

Essas famílias precisam de amparo urgente. Alguns argumentam que faltam verbas para ajudar vítimas de desastres naturais, mas os políticos são os primeiros a esquecerem o significado da palavra altruísmo nessas situações. Senhores políticos, os mais de R\$ 5 bilhões destinados ao fundo eleitoral é dinheiro do povo brasileiro, ao invés de destinar para campanhas e diversas outras firulas eleitorais, por que não devolver parte desse montante para as vítimas dessas tragédias?

E não podemos esquecer de mencionar as emendas de relator, que em dezembro de 2021, poucos dias antes da tragédia na Bahia, aprovou um parecer preliminar do Orçamento de 2022 em que R\$ 16 bilhões seriam destinados a essas emendas. Com todo esse dinheiro, se fosse revertido para as famílias desabrigadas e desalojadas, daria para recuperar muito do que foi perdido nas chuvas.

A situação atual é muito crítica. E com todo o respeito aos senhores deputados e senadores, é uma vergonha que vossas excelências não participem de ações e nem tenham ideias para liberar a maior quantidade de verba possível para o auxílio dessas vítimas.

Isso é uma afronta e um tapa na cara do povo brasileiro. Sem mencionar que a pandemia ainda não acabou e o número de casos voltou a subir, muitas pessoas perderam o emprego durante a crise, diversas famílias perderam seus provedores. Diante de tragédias como essas, é difícil se reerguer. É um absurdo que quem foi eleito para nos representar pouco faz pelo povo.

Antonio Tuccilio - presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

Aglomerações

Está bem, vamos evitar aglomeração em lojas, supermercados, e outros mais estabelecimentos, como pede o secretário de Saúde de Rio Preto, Aldenís Borim. Ai, você vai no posto saúde e fica quase 12 horas com um monte de gente, uma do lado da outra, porque não tem onde ficar. Depois pega o ônibus, dá uma voltinha pelas linhas da cidade e em algumas vai precisar ir na escada, pois não tem espaço dentro do ônibus para se locomover. Complicado, não acha?

Maysa Reis Guimarães Queiroz – via Facebook

artigos

Primeiros psicólogos

Com a 1ª turma de Psicologia temos convicção de que, mais uma vez, a Famerp contribui com a sociedade

Francisco de Assis Cury

A formatura da primeira turma de Psicologia representa um marco na história de mais de 50 anos da Faculdade de Medicina de Rio Preto. Os 17 alunos da graduação que se tornaram agora profissionais da Psicologia se juntam aos médicos e enfermeiros que a Famerp forma todos os anos.

Essa experiência vivenciada pelos alunos, de interação e de troca durante a graduação, é fundamental para a realidade que todos eles passam a encontrar a partir de agora, seja no ambiente profissional ou acadêmico, onde é preciso sempre trabalhar em conjunto, somando o conhecimento de diferentes áreas ligadas à Saúde.

A formatura desta primeira turma de Psicologia, após cinco anos de muitos desafios e superação, também foi importante para o aprimoramento do projeto pedagógico do curso. Foram esses alunos desbravadores os responsáveis pela fundação do Centro Acadêmico de



Psicologia e das ligas acadêmicas. Que propuseram projetos de extensão e opinaram em relação às disciplinas. Entre tantas outras conquistas. Muitos já estão conseguindo se destacar. Uma de nossas ex-alunas, por exemplo, hoje representa uma universidade europeia no Brasil.

Um dos mais concorridos do País, o vestibular da Famerp recebeu em 2021 um total de 15.389 inscritos. Para o curso de Psicologia, foram 557 inscrições disputando 20 vagas, o que resultou numa relação candidato/vaga alta, de quase 30 candidatos por vaga. A concorrência se manteve para este ano, com 554 inscrições no Vestibular 2022.

De certa forma, a Psicologia já estava presente em nossa rotina acadêmica. Porque neste momento de parabenizar a primeira turma de Graduação, bem como funcionários e todo o corpo docente, é preciso lembrar onde tudo isso começou, em 1981, com o serviço de Psicologia da Saúde no Hospital de Base, referência na área, e depois com os programas de residência multidisciplinar e de aperfeiçoamento em Psicologia da Saúde e pós-graduação stricto sensu. Faltava só mesmo a graduação.

A Psicologia é a ciência responsável pelo estudo do comportamento das pessoas, individual e coletivo. É uma ciência que visa a compreensão das relações humanas baseadas em metodologias que abrangem diversos campos,

propondo caminhos para o equilíbrio e o bem-estar do ser humano.

Isso a torna de extrema importância para a vida humana. Ainda mais em tempos de pandemia, isolamento, perdas e diferentes traumas ou situações adversas que podem afetar o estado emocional das pessoas.

Para muitos, é difícil confiar a alguém seus sentimentos e questões particulares. Os psicólogos são profissionais com sensibilidade apurada e qualificada, construída por anos de estudos e preparação.

Nosso curso de Medicina já conta com 49 anos. Enfermagem, com 28. Agora chegou a vez da Psicologia começar a escrever sua história dentro da instituição.

A Famerp tem a tradição de formar excelentes médicos e enfermeiros, éticos e altamente qualificados. E com a primeira turma de Psicologia temos convicção de que mais uma vez, estamos contribuindo com a sociedade, entregando profissionais aptos a fazer a diferença onde quer que estejam exercendo esta nobre profissão, tanto aqueles que ingressarão no mercado de trabalho quanto os que seguirão sua trajetória no mundo acadêmico.

FRANCISCO DE ASSIS CURY

Cirurgião Torácico, professor emérito e diretor geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp)

TDAH

Comumente associado ao público infantil, não é um distúrbio característico somente das crianças

Clay Brites

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) afeta uma pequena parcela da população. Porém, apesar de ser comumente associada ao público infantil, não é um distúrbio característico somente das crianças. Cerca de 8,4% dos pequenos possuem o transtorno, mas ele também aparece em 2,5% dos adultos.

Ainda não há conclusão científica que identifique as causas específicas, mas há evidências que apontam que contribuições genéticas determinam a aparição. Ou seja, três em cada quatro crianças com TDAH têm um parente com o transtorno.



Para entender melhor e conseguir identificar, esteja ciente de que o distúrbio do neurodesenvolvimento possui os principais sintomas: dificuldade de manter o foco, hiperatividade e impulsividade. O ponto principal é que o TDAH é, geralmente, identificado quando as crianças possuem o convívio social, como na escola. Lá, eles apresentam características de inquietação, o que prejudica o aprendizado. A partir de sinais como esse, é mais fácil identificar o transtorno.

O diagnóstico também pode ser mais tardio, ocorrendo na vida adulta, quando se trata do tipo desatento (TDA) e não há a presença de hiperatividade. Por isso, é mais difícil perceber os sintomas característicos. O desatento é um dos três tipos do TDAH, que envolvem também o tipo hiperativo/impulsivo e o tipo combinado. Cada um tem suas características e sintomas.

Começando pelo tipo desatento: a pessoa não presta atenção em alguns detalhes e comete erros por descuido, tem dificuldade para se concentrar em tarefas, atividades, conversas, leituras e

parece “viajar” enquanto conversa. Já o tipo hiperativo/impulsivo, é inquieto, vive batendo mãos ou pés, não consegue ficar sentado por muito tempo, não consegue fazer atividades de lazer sem fazer barulho e interrompe ou se intromete em conversas, jogos e atividades.

O diagnóstico de TDAH é feito a partir do convívio com pais, professores, especialistas e avaliações multidisciplinares. Na idade adulta, o diagnóstico também é realizado por uma avaliação clínica. É importante ressaltar que qualquer desconfiança que se tenha, leve seu filho em uma consulta médica com um especialista. Assim caso o distúrbio seja confirmado vai evitar que se tenha perdas em relação a vida escolar e ao convívio social.

CLAY BRITES

Pediatra e Neurologista Infantil (Pediatrician and Child Neurologist); Doutor em Ciências Médicas/Unicamp (PhD on Medical Science); Membro da Abenepi-PR e SBP (Titular Member of Pediatric Brazilian Society); Speaker of Neurosaber Institute; autor do livro “Como lidar com mentes a mil por hora”

Solução: planejar e fiscalizar

Municípios devem implantar políticas públicas que minimizem problemas e incentivem investimentos

Fabio Rinaldi Manzano

No último dia 6 de janeiro, a prefeitura de Catanduva realizou uma audiência pública para tratar sobre alterações ao Plano Diretor do município. A audiência esteve longe de ser tranquila e, desde logo, resultou em diversos questionamentos por cidadãos, instituições, pela mídia e, inclusive, representações ao Ministério Público.

De forma bastante resumida, o Plano Diretor é uma lei que disciplina o parcelamento (criação de novos terrenos) o uso (a finalidade dada para imóveis já existentes ou construídos) e a ocupação do solo urbano (quais tipos de construções são permitidos em cada região do município – residencial, serviços, comercial, industrial, etc.

A grande importância desta lei está, por exemplo, em determinar qual a concentração viável de pessoas nas mais diversas regiões do município. Para cada empresa e família deve-se estimar o consumo de água, de energia, a quantidade produzida de esgoto e de lixo, etc. Também é através de um planejamento sério que se determina qual



a espessura do pavimento e a largura das vias públicas nos diversos tipos de loteamentos (residenciais, comerciais, industriais, abertos, fechados, etc.) dependendo de quais veículos irão trafegar. Um novo loteamento necessitará de novas linhas de ônibus? Atender o novo local impactará na política tarifária do transporte público? Haverá necessidade de uma nova escola ou de posto de saúde? Quais os custos de implantação, operação e manutenção destes equipamentos? Enfim, o Plano Diretor deve ser um instrumento básico para indicar respostas a estas perguntas e possibilitar o desenvolvimento sustentável de um município. Mas nem sempre é assim.

Desde dezembro estamos presenciando chuvas que estão castigando mais de 10 estados brasileiros, principalmente Minas Gerais e Bahia. Com absoluta certeza podemos registrar que grande parte dessas ruas alagadas, casas desmoronando, pontes e tubulações destruídas, pessoas sem abrigo, água potável e comida são também o resultado da ocupação desordenada dos espaços urbanos e da “monetização” de áreas periféricas a qualquer custo.

Quando se tem uma enchente, além do excesso de chuvas, outras causas (evitáveis) são identificadas. A impermeabilização excessiva do solo (com asfalto, concreto, etc.) traz conforto e comodidade, mas acaba impedindo que a água infiltre na terra e, em consequência, formam-se as enxurradas e inunda-

ções. A falta de investimentos em tubulações para água da chuva corretamente dimensionadas também é bastante comum. Da mesma forma, quando um rio transborda, é comum identificarmos a falta de desassoreamento ou desobstrução do canal (limpeza / dragagem) ou mesmo o dimensionamento insuficiente da largura do córrego. Em resumo, vê-se que, em qualquer caso, há (ou houve) omissão do poder público!

O poder público pode ainda determinar aos particulares que reservem parte de seus terrenos para penetração da água das chuvas, a fim de evitar grandes enxurradas ou a sobrecarga das tubulações. Este tipo obrigação deve estar também no Plano Diretor e pode ser diferenciada em cada bairro.

Assim como os 10 estados atingidos pelas chuvas no Brasil, todos nossos municípios devem aproveitar essas experiências ruins para, definitivamente, aprenderem a se planejar, criar legislações e implantar políticas públicas que, por um lado minimizem problemas futuros e, por outro lado, incentivem investimentos e o desenvolvimento no presente. É de vital importância a produção de leis fundamentadas em trabalhos técnicos confiáveis, sendo esta uma responsabilidade compartilhada entre os poderes executivo e legislativo.

FABIO RINALDI MANZANO

Membro do Grupo de Excelência em Gestão Pública do Conselho Regional de Administração de São Paulo - GEGP CRA/SP